

**COOPERATIVISMO E TERRITORIALIZAÇÃO DO
AGRONEGÓCIO DO CAFÉ NO SUL DE MINAS GERAIS**

**COOPERATIVISM AND TERRITORIALIZATION OF COFFEE
AGRIBUSINESS IN THE SOUTH OF MINAS GERAIS**

**COOPERATIVISMO Y TERRITORIALIZACIÓN DEL
AGRONEGOCIO CAFETERO EM EL SUR DE MINAS GERAIS**

Warllen Torres Nannini¹

warllentorresnannini@hotmail.com

Flávio Henrique Calheiros Casimiro²

flavio.calheiros@ifsuldeminas.edu.br

RESUMO: O presente texto propõe uma discussão sobre o papel do cooperativismo para a funcionalização do modelo de produção característico do agronegócio do café no sul do estado de Minas Gerais. O cooperativismo agropecuário, que em muitos contextos pode significar, um modelo de atuação contra-hegemônico do capital, possibilitando a sobrevivência de determinadas práticas e culturas subalternas, nessa análise, assume a própria expressão da estratégia do agronegócio para a constituição e atualização do seu modelo produtivo. Nessa conjuntura, o cooperativismo patronal característico do agronegócio do café, principalmente na região sul mineira, engendra e compatibiliza as condições econômicas, políticas e culturais que viabilizam não só o dinamismo e o padrão de acumulação, mas também a articulação funcionalizante entre os setores avançados do capital e os setores tradicionais familiares, que constituem a cafeicultura sul-mineira.

Palavras-chave: Agronegócio; Cooperativismo; Café.

ABSTRACT: This paper discusses the role of cooperativism in the typical production model of coffee agribusiness in South of Minas Gerais state. Agricultural cooperativism, which can be considered a model of counter-hegemonic action by enabling the survival of certain subaltern practices and cultures, in this analysis it assumes the very expression of the agribusiness strategy to establish and update its productive model. In this context, the typical managerial cooperativism of coffee agribusiness, especially in South of Minas Gerais state, generates and makes compatible the economic, political, and cultural conditions that make possible not only the dynamism and pattern of accumulation, but also the articulation between the advanced sectors of capital and the traditional family sector, which constitutes the coffee farming in South Minas Gerais region.

Keywords: Agribusiness; Cooperativism; Coffee.

RESUMEN: Este texto propone una discusión sobre el papel de las cooperativas para la funcionalización del modelo productivo característico del agronegocio cafetero, en el sur del estado de Minas Gerais. El cooperativismo agrícola, que en muchos contextos puede significar, un modelo de acción contrahegemónica del capital, posibilitando la supervivencia de determinadas prácticas y culturas subalternas, en este análisis asume la expresión misma de la estrategia agroindustrial para la constitución y actualización de su modelo productivo. En este contexto, el cooperativismo patronal característico del agronegocio cafetero, especialmente en la región sur de Minas Gerais, genera y concilia las condiciones económicas, políticas y culturales que posibilitan no solo el dinamismo y el patrón de acumulación, sino también la articulación funcionalizadora entre los sectores avanzados

¹ Mestre em Educação Profissional e Tecnológica pelo IFSULDEMINAS Campus Poços de Caldas. Professor de Geografia na rede municipal e estadual de Botelhos- MG.

² Doutor em História Social, na linha de História Contemporânea, pela Universidade Federal Fluminense – UFF. Professor de História no IFSULDEMINAS Campus Poços de Caldas.

del capital y los sectores familiares tradicionales, que conforman el cultivo de café del sur de Minas Gerais.

Palabras clave: Agroindústria; Cooperativismo; Café.

INTRODUÇÃO

O processo agudo e sistemático de transformações capitalistas em marcha, principalmente a partir da reestruturação produtiva do capital (HARVEY, 2014) iniciada na década de 1970, nos coloca diante de importantes discussões acerca dos novos padrões de acumulação e, articulado a isso, às novas formas de precarização do trabalho que emergem desses novos padrões. Nesse contexto, a reconfiguração dos mecanismos expropriativos do trabalho no campo também adquire um caráter cada vez mais conectado às dinâmicas da reestruturação do capital.

O setor agroindustrial brasileiro, grande exportador de *commodities*, como muito bem já demonstrava Francisco de Oliveira (2003), consegue compatibilizar e funcionalizar uma relação complexa entre um setor altamente dinâmico, dispondo de recursos e tecnologias de ponta, e, por outro lado, mecanismos expropriativos muito eficientes, no sentido de rebaixamento de custo da reprodução da vida material da classe trabalhadora no campo. É nesse sentido que iniciamos nossa reflexão sobre o papel do cooperativismo no desenvolvimento rural, tendo em vista o seu papel articulador fundamental para o agronegócio do café no Sul de Minas Gerais.

A reorganização da economia mundial, decorrente da mundialização do capital e da abertura de novos mercados, exige o paulatino aprofundamento das expropriações secundárias (FONTES, 2010), assim como a adoção de mecanismos cada vez mais sofisticados para o aumento da produtividade, tais como a redução de despesas, de tempo e desperdícios. Esse contexto, não se baseia apenas na adoção de novas técnicas e tecnologias empregadas na produção, mas também em estruturas organizativas que atuem tanto no plano econômico corporativo, bem como formulando diretrizes para a atuação política de representação setorial. Segundo Toledo (2019, p. 267 e 268):

O aparecimento e a consolidação desse novo cenário proporcionou o investimento socioeconômico e intelectual em atitudes e aparelhos territoriais que, possivelmente, podem responder a esses desafios, dentre eles encontramos: os arranjos produtivos locais, consórcio de municípios, distritos industriais, clusters, câmaras de comércio e as cooperativas.

O cooperativismo surge como possibilidade de fortalecimento econômico e aumento produtivo dos pequenos produtores pela união. No setor agropecuário, as cooperativas aparecem como promessas de enormes vantagens, pois reduzem custos, oferecem assessoria técnica, garantias trabalhistas e suporte financeiros para enfrentar

possíveis instabilidades do setor. Assim, a principal função da cooperativa agropecuária é: “através da convergência de interesses, oferecer qualidade para a produção dos cooperados” (TOLEDO, 2019, p. 264).

Segundo Mendonça (2008), o cooperativismo é um modelo econômico alternativo, no qual um grupo de pessoas se reúne em torno de determinada atividade, visando o benefício comum, buscando na ação coletiva a solidez para suas ações e, assim, fazer frente a oligopólios de mercado. Por outro lado, a autora também demonstra que o cooperativismo patronal se apoia no discurso de igualdade, liberdade e justiça, agitando tais bandeiras na busca por legitimação das suas ações mercadológicas-capitalistas, mascarando o real interesse de determinados grupos hegemônicos que buscam monopolizar o território cooperativado, ampliando a interiorização das relações capitalistas de produção no campo brasileiro.

O cooperativismo, por conseguinte, que em muitos contextos e formatos pode significar um modelo de atuação contra-hegemônico do capital, possibilitando a sobrevivência de determinadas práticas e culturas subalternas, aqui assume a própria expressão da estratégia do agronegócio para a constituição e atualização permanente do seu modelo produtivo. Ao propalar o cooperativismo como indissociável aos valores de liberdade e igualdade, enfatizando seu caráter democrático, na verdade, entidades patronais, como a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), almejam também ocultar e negar o conflito social que permeia a sociedade capitalista cindida em classes. Nesse caminho, segundo Mendonça (2008, p. 150):

[...] o cooperativismo também se consolidou enquanto doutrina, erigindo o consumidor em figura-chave e atribuindo à livre concorrência a responsabilidade pelas desigualdades do capitalismo. Com base nessa premissa, divulgaria a necessidade da vitória do interesse geral sobre particularismos, produzindo uma ordem idealizada e assente na negação dos conflitos. Outra viga-mestra da doutrina era o não-envolvimento do Estado na economia, garantindo-se à iniciativa privada o papel de motor da ordem social.

Os pequenos produtores agropecuários, por sua vez, ao se organizarem no sistema de cooperativas na busca pela eficiência produtiva e garantias de espaço no mercado, ficam sujeitos às exigências e contradições desse mercado, que é monopolizado pelos valores capitalistas do agronegócio. E para ter sucesso e prosperar, muitas vezes é necessário produzir o que o mercado demanda. Assim, os cooperados buscam modernizar, especializar e qualificar suas práticas produtivas, bem como os seus produtos de acordo com as orientações hegemônicas do capital agroindustrial, para as quais a eficiência produtiva depende apenas do grau de modernidade tecnológica, mecânica, química e técnica que se emprega na produção. Desse modo, através das cooperativas e seus associados o agronegócio se interioriza e monopoliza diversos territórios e setores produtivos.

Segundo o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA): “os produtos mais exportados pelo agronegócio no ano passado [2020] foram os do complexo soja, as carnes (especialmente suína, seguida por bovina e de frango), açúcar, algodão e café” (CEPEA, 2021, n.p.). Esses produtos podem ser caracterizados como *commodities*, ou seja, itens de origem primária que servem como matéria-primas e são utilizados na elaboração de produtos de maior valor agregado, como, por exemplo, o petróleo que é matéria-prima para diversos tipos de combustíveis, óleos, plásticos e solventes. As *commodities* são produzidas e consumidas em larga escala, por isso têm seus preços definidos pelo mercado internacional (AGUIAR, 2021).

A cadeia produtiva agroindustrial conta com alto investimento financeiro e tecnológico e concentra infraestrutura, relações de poder e disputas territoriais. E por serem produzidas em larga escala, as *commodities* possibilitam um volumoso retorno financeiro para quem controla sua cadeia produtiva, fortalecendo o discurso hegemônico que se pauta na defesa do agronegócio como fundamental para a atração de divisas para a economia nacional.

O café é a quinta *commodity* mais exportada pelo Brasil, e Minas Gerais (MG) é o principal produtor (ALVES; LINDNER, 2020). A região mineira que mais se destaca na cultura de café é o Sul do estado. Sob a tutela do agronegócio, a agropecuária vem passando por uma transformação profunda, com a modernização de processos produtivos e emprego crescente de tecnologias de informação e comunicação, mecanização, monitoramento remoto e controle gerencial. Assim, a *commodity* café concentrou na região Sul de Minas Gerais um forte e articulado capital político, econômico, tecnológico, cultural e simbólico. Como destaca Filetto (2000, p. 48):

O sistema agroindustrial do café (SAC) é composto por atividades produtivas que envolvem o produtor de insumos, o produtor rural, o maquinista, o corretor, a cooperativa, a indústria de torrefação e moagem, a indústria de solúvel, os exportadores, atacadistas e varejistas. Ações correlatas às da cadeia do produto também são importantes[...] serviços financeiros, serviços de transporte e de informação.

Assim, a cultura do café envolve um conjunto de relações socioprodutivas e recursos que tornaram sua cadeia produtiva bastante dinâmica, complexa e sofisticada. Convém destacar que a atividade cafeeira gera e concentra um grande volume de capital que “está cada vez mais disputado por empresas multinacionais, cooperativas, atraindo investidores e empresas para o território sul mineiro” (ALVES; LINDNER, 2020, p. 442). Nesse sentido, o agronegócio passa paulatinamente a controlar e monopolizar as práticas e processos produtivos, assim como o próprio escoamento da produção, concentrando, dessa forma, recursos e riquezas produzidas e enraizadas no território da cafeicultura mineira. Com

as mudanças no contexto mercadológico mundial, as cooperativas passam a representar mecanismos fundamentais para o agronegócio na região do Sul de Minas.

Diante de tal contexto, a pesquisa em tela busca analisar as transformações pelas quais o setor agropecuário sul mineiro passou nas últimas décadas, onde o cooperativismo configurara-se como um elemento fundamental. O objetivo é avançar na análise do agronegócio do café no Brasil, mais especificamente no sul de Minas Gerais. Essa atividade socioeconômica monopoliza uma ampla variedade de práticas, que permitem a seus dirigentes e associados uma hegemonia assentada no poder econômico e político alcançada pela cultura do café. Pois, de acordo com Toledo (2019, p. 265):

Quando se retrata a cadeia produtiva do café as estruturas presentes no território são as mais diversas, entre as mais evidentes estão: as áreas produtivas, os armazéns privados e públicos, indústrias privadas de beneficiamento, as cooperativas, agências de suporte técnico (públicas e associativas), aglomeração comercial, aglomeração financeira, instituições educacionais e científicas, o corpo de mão de obra fixo, poder político, associações e toda a aglomeração de comércio e serviços.

Apresentado as reflexões introdutórias, para a realização dessa pesquisa, foi realizado o levantamento bibliográfico dos referenciais teóricos que dialogam sobre o processo de modernização do campo brasileiro, as transformações políticas, sociais e econômicas que prepararam o terreno para o modelo de produção dominante: o agronegócio.

Assim como, os referenciais teóricos que abordaram em suas pesquisas o agronegócio do café no Sul de Minas Gerais, região onde a atividade da cafeicultura representa, respectivamente, mais de 90% das lavouras permanentes (ALVES; LINDNER, 2020). Desse modo, verifica-se um paulatino monopólio do território por diferentes atores (grandes produtores, torrefadoras, cooperativas, multinacionais que controlam os setores de insumos agrícolas, logística e exportação), grupos empresariais “que desafiam à concorrência com os pequenos cafeicultores, dado o grande poder de regulação daqueles em detrimento destes no circuito espacial produtivo do café” (SANTOS, 2015, p. 2).

A MODERNIZAÇÃO DA AGROPECUÁRIA NO BRASIL E SEUS IMPACTOS

No que concerne aos modelos e estratégias de desenvolvimento econômico do Brasil no século XX, como demonstrado por Sobral (2005), o país passa, a partir dos anos de 1930, por um processo de mudanças nos seus moldes produtivos, tendo como característica central a fabricação em massa de bens e serviços nos setores econômicos clássicos, como a agropecuária e a indústria (em formação). Porém, no caso brasileiro, “o

processo de mudança do padrão tecnológico foi influenciado pelo modelo euro-americano” (SILVA; BOTELHO, 2014, p. 372). Esses modelos estavam perfilados com os valores apregoados pela chamada Revolução Verde. Dessa forma, a modernização da agropecuária brasileira teve a tecnologia como catalisador, condição e força mobilizadora de sua estratégia de desenvolvimento.

Os autores Andrade e Gianimi (2007) definem a Revolução Verde como uma estratégia capitalista para dominar a agricultura. Com a Revolução Verde, o trabalho realizado através de uma interação mais orgânica com o meio ambiente – em virtude de modelos mais tradicionais e familiares de produção – é paulatinamente desagregado e ressignificado por uma perspectiva cada vez mais mercadológica. Lógica essa mediada pela alta produtividade e pela busca inexorável pela ampliação das taxas de lucro, nesse sentido, tem-se no campo brasileiro o aumento sistemático da devastação ambiental e das relações de trabalho degradantes.

Diante dessa perspectiva de desenvolvimento, avançando para os anos de 1950, as práticas agropecuárias e o espaço rural brasileiro eram considerados distantes do padrão necessário para viabilizar o desenvolvimento nacional, dessa forma, Delgado (2012) afirma que a transferência de tecnologias e saberes dos países desenvolvidos era mais do que justificável. Todavia, o que ocorreu no campo brasileiro ao adotar o pacote tecnológico e o modelo de produção imposto pela Revolução Verde foi apenas uma modernização da prática e das técnicas de produção agropecuária, de forma pontual e excludente. Não houve uma alteração da estrutura agrária e fundiária do país, que permaneceu com elevada concentração de terra e renda, sem melhorias nas condições de trabalho para grande parte da população do campo.

Esse processo caracterizou a chamada modernização conservadora no Brasil, “uma vez que a dinamização da produção agrícola foi acompanhada por uma maior concentração da terra, centralização, desigualdade e exclusão no campo, ou seja, uma modernização sem mudanças” (SILVA, 2007, p. 90). Processo que deixou marcas profundas na estruturação da sociedade brasileira, acarretando em sérios desdobramentos e impactos sociais, econômicos e ambientais, não só no campo, mas em todo território nacional.

A citada introdução de métodos e técnicas modernas, por sua vez, obviamente não contemplou grande parte dos produtores, tampouco atingiu todo o território nacional de uma forma mais homogênea, caracterizando-se como um processo de modernização pautado em um modelo contraditório que acabou por acentuar as desigualdades sociais (locais e regionais). Segundo Delgado (2012), as políticas agrícolas promovidas pelo Estado

buscavam, além do aumento da produção, os seguintes objetivos: gerar uma reserva de mão-de-obra para o setor industrial; alcançar a segurança alimentar do país; fornecer matérias-primas à indústria; aumentar as exportações agrícolas e gerar divisas para serem aplicadas no setor urbano e na industrialização.

O fato é que grande parte desses investimentos foi pontual e não atingiu todas as áreas do território, sendo primeiramente destinados às regiões Sudeste e Sul, assim como à Centro-Oeste, que se constituiu como um modelo dessa implantação de tecnologia com a produção de soja. Essa definição de prioridades no investimento favoreceu os grandes e médios estabelecimentos rurais, com seus produtos voltados a atender a agroindústria ou destinados à exportação, excluindo assim, os pequenos produtores com suas lavouras e criações de subsistência.

Essa seletividade de áreas e de produtores contribuiu ainda mais para as desigualdades presentes no campo, assim, no Brasil a modernização do espaço agropecuário “combinou mudança técnica com manutenção e aprofundamento das históricas relações de poder e propriedade assimétricas no campo” (PITTA; CERDAS, 2017, p. 31). Além da distribuição de conhecimentos e tecnologias de forma segregada no meio rural. O pacote da Revolução Verde (maquinários, sementes e insumos) apresentava um custo elevado, em que o pequeno produtor não possuía condições para sua aquisição, visto que o governo concedia subsídios a produtores que davam prioridade aos produtos voltados à exportação. Dessa forma, a modernização da agricultura no Brasil é considerada seletiva e excludente (SILVA, 2007).

No início dos anos de 1970, a agroindústria é impulsionada pelos planos nacionais de desenvolvimento, ou seja, I Plano Nacional de Desenvolvimento - PND (1968-1973) e pelo II PND (1975-1979). Esses supracitados planos foram implantados como estratégias para ocupar economicamente e integrar todas as regiões do Brasil, assim, ocorre a expansão da agropecuária em direção ao Centro-Oeste e a região Norte do país. Como ações do governo merecem destaque os programas que privilegiaram certas regiões e atividades em detrimento de outras, portanto, tiveram efeitos concentradores e excludentes. Dentre eles Teixeira (2005, p. 36) destaca:

[...] o PROÁLCOOL (Programa Nacional do Alcool), PRONAGEM (Programa Nacional de Armazenagem), POLONORDESTE (Programa de Desenvolvimento das Áreas Integradas do Nordeste), PROPEC (Programa Nacional de Desenvolvimento da Pecuária), POLOAMAZÔNIA (Programa de Desenvolvimento da Amazônia), PROTERRA (Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulos à Agroindústria do Norte e Nordeste) e o POLOCENTRO (Programa de Desenvolvimento das Áreas de Cerrados).

Já nos anos 1980, enfatiza Delgado (2012), a política desenvolvimentista dos anos anteriores resultou em uma assombrosa dívida externa, pois, o regime militar buscou no empréstimo e no investimento estrangeiro, o capital para manter em movimento os seus projetos de ampliação e modernização da infraestrutura do país. A tentativa de abater parte desta dívida se deu por meio da exportação de produtos agrícolas. Desse modo, conforme Silva e Botelho (2014, p. 369):

[...] a modernização ganha novos emblemas a partir da década de 1980. O contexto econômico, social e cultural muda radicalmente. O crédito agrícola que outrora subsidiava a produção tornava-se cada vez mais escasso com o passar dos anos. O assombro da hiperinflação e a variação incontrolável dos preços dos produtos são variáveis que indicam os novos desafios para a produção, sem contar as questões políticas advindas da abertura democrática e os valores culturais decorrentes da nova conjuntura internacional.

Nesse período a agropecuária passou a dar mais importância para produção de itens voltados à exportação (*commodities*), levando a uma redução de áreas voltadas à produção agropecuária de itens destinados ao mercado interno. Essa diretriz promoveu no campo brasileiro um aumento da produção de grãos (soja, milho e trigo) e produtos agrícolas voltados a atender às indústrias alimentícias internacionais, que transformaram essas matérias-primas em produtos industrializados que foram disseminados no mercado mundial e nacional.

Nesse caminho, o país insere-se regressivamente na nova estrutura global do capital, perpetuando sua histórica posição na periferia do sistema capitalista, ou seja, como produtor e fornecedor de produtos primários destinados aos grandes centros da economia mundial. O Brasil, por vender matérias-primas brutas, priva-se da oportunidade de gerar empregos e renda no processamento de tais produtos (MITIDIERO JUNIOR; GOLDFARB, 2021).

Os anos de 1990, por conseguinte, foram marcados pelo avanço das políticas de abertura econômica e desregulamentação, características do programa neoliberal. Diante da implementação dessas diretrizes e determinações do capital internacionalizado, frente ao processo de reestruturação produtiva, a atualização da hegemonia do agronegócio no país se faz pela inundação de produtos importados, em virtude da redução dos impostos de importação. Mediante incentivos fiscais, o governo brasileiro tentou atrair investimentos estrangeiros, além disso, foram anos de uma intensa agenda de privatizações e de abertura econômica mais intensa. Isso fez com que inúmeras empresas nacionais não conseguissem se adaptar às novas regras do mercado, gerando falências e desindustrialização. Tal processo contribuiu para o adensamento de grupos econômicos estrangeiros no Brasil, pois muitas multinacionais compraram ou fundiram-se às empresas nacionais que perderam a capacidade competitiva ou faliram. De acordo com Sobral (2005, p. 71):

No contexto de transformação tecnológica na agricultura, assistimos, também, uma forte participação do capital estrangeiro, com a instalação no Brasil de fábricas de tratores, fábricas de equipamentos agrícolas e implementos mais sofisticados, fábricas de produtos químicos etc. que participam do quadro que se constitui o “complexo agroindustrial”.

Os impactos da modernização no meio ambiente também foram relevantes, assim, o uso excessivo de insumos químicos e mecânicos levaram ao esgotamento do solo, à perda da fertilidade – tendo em vista que os pesticidas alteram os elementos biológicos presentes no solo –, além da contaminação do ar e da água. Outro impacto relevante foi que, ao destinar recursos técnicos, mecânicos e econômicos para regiões estratégicas, de forma pontual e excludente, a produção agropecuária familiar foi sendo deixada às margens no que concerne aos investimentos, políticas públicas, subsídios e das novas tecnologias. E isso ajudou a constituir o tecido social extremamente favorável às estruturas organizativas patronais, com o avanço da estratégia cooperativista e do protagonismo do setor privado, que passam a assumir e privatizar o papel de motor da ordem social no lugar do Estado.

Nesse sentido, todo esse processo ajuda na produção do consenso em torno do discurso hegemônico do agronegócio, que desqualifica a agricultura familiar como manutenção de “práticas arcaicas” e “superadas”. Dessa forma, a agricultura tradicional e familiar é sistematicamente atacada como sendo incompatível com as necessidades da vida urbana atual, que demandaria cada vez mais alta produtividade e dinamismo. Todo esse arcabouço simbólico é justificado utilizando-se preceitos supostamente “técnicos” e “objetivos”, que fundamentam a hegemonia do agronegócio como modelo prioritário para prática da agropecuária no Brasil.

O AGRONEGÓCIO COMO SISTEMA DE PRODUÇÃO HEGEMÔNICO

O agronegócio, como enfatiza Canuto (2004), traz encravado no seu significado a racionalidade do processo produtivo capitalista no campo. No Brasil, seja no debate político ou na propaganda midiática, o agronegócio é anunciado como o grande responsável pelo aumento da produção nos diversos segmentos da agropecuária, o setor que mais contribui para o *superavit* da balança comercial, para o elevado crescimento do PIB, para a abertura de novos postos de trabalhos, com notória importância para segurança alimentar e o desenvolvimento socioeconômico do país. Contudo, como explica Canuto (2004, p. 1):

[...] ao contrário do que se apregoa, o agronegócio promove maior concentração de terra e de renda, gera desemprego, emprega mão-de-obra escrava, alimenta a grilagem de terras, é responsável pelo aumento desenfreado do desmatamento da Amazônia e do Cerrado, traz efeitos perversos sobre a saúde humana e deixa atrás de si um rastro de conflitos e violência.

Cunhado por John Davis e Ray Goldberg, nos anos 50, no Programa de Pesquisa Agricultura e Negócios da *Harvard Business School* (HBS) nos Estados Unidos da América, o termo agronegócio expressa uma visão sistêmica das práticas da agropecuária. Para seus idealizadores, o setor de insumos (adubos, defensivos e máquinas), as operações realizadas no interior da fazenda (plantio, cultivo, colheita), as atividades executadas depois da fazenda (transporte, armazenamento, processamento e distribuição), além dos setores de crédito e comunicação, são campos de ação que deveriam estar interligados e operando em conjunto (POMPEIA, 2018).

A formação do complexo agroindustrial envolveu diferentes setores e agentes, dessa forma, fusões bilionárias permitiram que algumas corporações globais controlem o mercado mundial de insumos e de alimentos. Além disso, esses grupos hegemônicos estabelecem os padrões mundiais da prática da agropecuária (o que produzir, quando produzir e os preços do que é produzido), como destaca Chemnitz (2018, p. 16):

No setor de equipamentos e máquinas agrícolas, algumas poucas corporações dividem o mercado entre si. [...] O mercado global é dominado por três atores: a corporação estadunidense Deere & Company é a líder do Mercado; ela é conhecida pela sua maior marca, a John Deere. A CNH Industrial pertence ao grupo Fiat; suas doze marcas incluem Case, New Holland, Steyr, Magirus e Iveco. O terceiro maior ator é a AGCO, dos EUA, com Gleaner, Deutz-Fahr, Fendt e Massey Ferguson. Estas três empresas compartilham mais de 50% do mercado global.

Já o mercado de fertilizantes é monopolizado, principalmente, por três corporações: a *Agrium* com sede no Canadá; a *Yara*, da Noruega; e a *Mosaic Company*, com sua matriz situada nos Estados Unidos da América (EUA). Essas supracitadas empresas possuem uma ampla estrutura constituída por suas próprias minas de extração de minerais e fábricas de processamento, o que possibilita a produção de uma imensa variedade de produtos. Assim, “juntas, são responsáveis por 21% do mercado global de fertilizantes” (REHMER; WENZ, 2018, p. 18). O mercado de agrotóxicos é controlado por conglomerados empresariais que se tornam cada vez mais poderosos, tais como a *Bayer* empresa alemã (maior corporação agrícola do mundo), a *DuPont* e a *Dow Chemical* ambas dos EUA, e a *ChemChina* da China. Essas entidades dominam mais de 60% do mercado mundial de sementes e agrotóxicos (MOLDENHAUER; HIRTZ, 2018).

Quatro corporações dominam o mercado mundial de produtos agrícolas, são elas: a *Daniels Midland* (ADM) dos EUA, a *Cargill*, também dos EUA, a *Bunge* e a *Louis Dreyfus Company*, ambas da Holanda. Essas entidades multinacionais são conhecidas como o “grupo ABCD”, pois, controlam a importação e a exportação das principais *commodities* produzidas e consumidas no globo (trigo, milho, soja, carne, açúcar, o óleo de palma e arroz), assim, monopolizam 70% do comércio mundial desses produtos. Nesse caminho, disponibilizam

de uma infraestrutura ampla e complexa que possibilita a realização das suas transações comerciais globais, formada por meios de transporte (navios, aviões, frotas de caminhões e trens), portos e ferrovias particulares, além de fábricas de processamento e de armazenamento (HERRE; BARTZ; STOCKMAR, 2018).

Conforme Bassi (2018), o processo histórico e a geopolítica colonial em que foi submetida a América Latina, deixaram como herança para essa região do continente americano: a pior distribuição de terras em todo mundo, onde 1% dos proprietários rurais concentram em suas mãos a totalidade de 51,19% das terras agrícolas disponíveis. O Brasil se destaca negativamente no *ranking* mundial como o 5º país com maior de desigualdade no acesso à terra, assim, os grandes “estabelecimentos somam apenas 0,91% do total dos estabelecimentos rurais brasileiros, mas concentram 45% de toda a área rural do país” (OXFAM, 2016, p. 8). Se somados todas as grandes propriedades improdutivas do Brasil, ou seja, os 66 mil imóveis que totalizam em conjunto 175,9 milhões de hectares, os latifúndios brasileiros, em suas amplas extensões, originariam o 12º maior território do planeta (2,3 milhões de km²) (BASSI, 2018).

Segundo o site Agência IBGE de Notícias (2019), 77% das áreas agropecuárias ocupadas no Brasil são controladas pela agricultura capitalista, e 23% pela agricultura familiar. Contudo, do total de estabelecimentos rurais que somam 5.073.324 unidades, 77% desse número (3.906.460 unidades) pertencem à agricultura familiar, e os 23% restantes (1.166.864 unidades) pertencem à agricultura capitalista.

O período colonial deixou de herança para o Brasil uma estrutura fundiária extremamente concentrada. Esse legado advém do jugo de Portugal com suas estratégias de administração e povoamento empreendidas no território recém-descoberto na América, assim como as atividades predatórias de exploração dos novos recursos naturais (FURTADO, 1989). Nesse caminho, destaca-se a implementação do sistema de Capitânicas Hereditárias e de Sesmarias, ou seja, grandes frações de terras da colônia convertidas em monoculturas agrícolas para alimentar o mercantilismo voraz.

No entanto, a concentração de terras no Brasil não é fruto apenas de processos históricos, mas também de políticas agrícolas idealizadas e aplicadas pelo modelo de desenvolvimento adotado por distintos governos nos últimos anos, pois, majoritariamente, priorizaram o aspecto econômico em detrimento do socioambiental (BASSI, 2018).

Assim, a concentração de terras ganhou maiores proporções com a nova prática da agropecuária, que levou à formação de uma poderosa elite associada ao capital empresarial e financeiro. Esse modelo baseia-se em grandes propriedades de monocultura, onde se realiza

a produção de *commodities* para exportação. Trata-se de uma produção que, em grande medida, não está voltada prioritariamente para alimentação humana. Entretanto, o agronegócio sustenta, por meio de estratégias variadas de construção de consenso, o discurso que credita ao setor todos os resultados da produção agropecuária. Como afirma Fernandes (2004, p. 02 e 03):

Toda vez que a mídia informa os resultados das safras, credita toda a produção na conta do agronegócio. É a arte da supremacia. [...] A agricultura camponesa que é responsável por mais da metade da produção do campo – com exceção da soja, cana e laranja, não aparece como grande produtor e fica no prejuízo. Com essa estratégia, o agronegócio é privilegiado com a maior fatia do crédito agrícola.

No Brasil o conceito de agronegócio assume uma noção totalizadora, ou seja, a soma de todas as funções a montante da agropecuária (envolvendo desde a fabricação e aquisição de insumos químicos, matérias-primas, maquinários e mão de obra), mais o conjunto de atividades produtivas no interior das unidades agropecuárias, que se somam ao conjunto de funções a jusante: como o (transporte, armazenamento, processamento e distribuição) (POMPEIA, 2018).

Dessa forma, os ideólogos, representantes e simpatizantes do Agro, estabelecem novas concepções metodológicas para simular uma representatividade ampliada do que realmente o setor produz, de modo a superestimar a importância do agronegócio para a estabilidade da economia brasileira. Essa estratégia oculta as numerosas fragilidades e externalidades negativas que são inerentes ao supracitado modelo agropecuário hegemônico. Nesse sentido, os idealizadores da noção de agronegócio, amparados pelo conceito de cadeias produtivas agroindustriais³, apelam ao caráter holístico que esse conceito remete, como se todas as atividades que permeiam as cadeias produtivas e, inclusive, modelos de produção, estivessem inseridos e integrados ao complexo do agronegócio. Assim, para não sobrepujar o cálculo da riqueza produzida e inserir equivocadamente os setores exógenos ao agronegócio o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE):

[...] faz o cálculo do PIB a partir do valor da produção final de cada setor da produção, justamente para não realizar dupla contagem de um produto durante seu processo de produção, transformação industrial e comercialização. Como explica o instituto mede-se apenas os bens e serviços finais para evitar dupla contagem. Se um país produz R\$ 100 de trigo, R\$ 200 de farinha de trigo e R\$ 300 de pão, por exemplo, seu PIB será de R\$ 300, pois os valores da farinha e do trigo já estão embutidos no valor do pão. Já pelo cálculo do PIB do Agro, com sua metodologia de composição “sistêmica”, a impressão é a de que se permite dupla cadeia de valor, inflando sua participação. Com base no exemplo citado acima, o resultado poderia ser de R\$ 600, ou seja, duplicaria a participação no PIB (MITIDIERO JUNIOR; GOLDFARB, 2021, p. 14).

³ Cadeias estabelecidas pela junção (em diferentes níveis de articulações) entre agropecuária, setores industriais e de serviços (POMPEIA, 2018).

Segundo Pompeia (2020) o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea), da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (Universidade de São Paulo), principal entidade de pesquisas quantitativas relativas ao agronegócio no Brasil, adota como critério de mensuração do papel do modelo no PIB, uma conta que soma os resultados da indústria, dos serviços e da agropecuária⁴. Estatística que superestima o papel do agronegócio na economia brasileira. Assim, Oliveira (2016, p. 111) destaca que: “a soma das 50 maiores empresas exportadoras no país, aquelas que operam com o agronegócio representaram em 2014, apenas 39,1% do total das exportações”, enquanto as dos demais setores, somaram 60,9%. Sobre a noção de sistêmico do agronegócio, em que “tudo passa a ser agro”, Oliveira engendra a seguinte crítica:

Há muita propaganda enganosa no uso midiático deste conceito [...]. Infla-se assim, os dados estatísticos do chamado agronegócio, dando a ele uma aparência de importância que, de fato, ele não tem. Por exemplo, na edição do Anuário do Agronegócio da revista Globo Rural publicado pela Editora Globo, são somados nas estatísticas os dados de empresas que foram absurdamente, incluídas como do agronegócio, tais como: Carrefour, Ambev, Pão de Açúcar, Walmart, Makro, Pepsico, Pirelli, etc (OLIVEIRA, 2016, p. 111 e 112).

Desse modo precisamos reconhecer a produção agropecuária brasileira em suas particularidades, com moldes de produção diferenciados daqueles do agronegócio, como, por exemplo, a própria agropecuária familiar com suas práticas tradicionais. A produção gerada pela agropecuária familiar, não pode ser simplesmente creditada ao agronegócio. Nesse sentido, é “evidente que há relações intersetoriais na economia, porém, negar as especificidades de cada um deles é negar óbvio” (OLIVEIRA, 2016, p. 106). Portanto, mesmo ocupando uma área menor, a agropecuária familiar é responsável por maior parte da produção nacional, como aponta o IBGE (2017):

Considerando-se, porém, os alimentos que vão para a mesa dos brasileiros, os estabelecimentos de agricultura familiar têm participação significativa. Nas culturas permanentes, o segmento responde por 48% do valor da produção de café e banana; nas culturas temporárias, são responsáveis por 80% do valor de produção da mandioca, 69% do abacaxi e 42% da produção do feijão (IBGE, 2017, n.p.).

Outro aspecto importante para a constituição da imagem de sucesso do agronegócio, muito acionado no sentido de legitimar macropolíticas de investimento econômico no setor, é o seu suposto papel na aquisição de divisas para o país, o que o colocaria como um dos setores mais importantes no equilíbrio da balança comercial. No

⁴ Portanto, cabe destacar que o setor da agropecuária constitui a menor fração do PIB brasileiro. O agronegócio entre os anos de 2002 e 2018, contribuiu, em média, com apenas 5,4% do PIB. No entanto, na mesma série histórica, o setor industrial apresentou uma participação quase 5 vezes maior que agronegócio (25,5%), e o setor de serviços colaborou com o PIB numa proporção quase 10 vezes maior que o “Agro” com 52,4% (MITIDIERO JUNIOR; GOLDFARB, 2021).

entanto, essa propaganda é sustentada por pressupostos que carecem de análise mais pormenorizadas, pois carregam inconsistências e contradições importantes (POMPEIA, 2020).

Para gerar os produtos que exporta, o setor do agronegócio precisa adquirir, por meio de importações, em diferentes níveis de suas cadeias produtivas, uma infinidade de tecnologias, insumos e maquinários, o que eleva o custo da produção e gera desequilíbrios na balança comercial, no que diz respeito aos gastos com importação contra lucros com exportação. A título de curiosidade, dos “fertilizantes à base de NPK (nitrogênio, fósforo e potássio) em 2018, por exemplo, 20% foram produzidos ou manipulados no Brasil e 80% importados” (MITIDIERO JUNIOR; GOLDFARB, 2021, p. 10).

Ademais, percebe-se que no Brasil, as vendas de matérias-primas brutas dominam a pauta de exportação, portanto, em muitos casos, o país necessita importar uma infinidade de alimentos e produtos derivados das matérias-primas que exporta. Dessa forma, Souza (2019, p. 66) destaca que o “Brasil possui a 5ª maior produção de leite do mundo, mas necessitou importar 53 mil toneladas de leite em pó em 2014, ao passo que exportou cerca de 40 mil toneladas”, ou ainda, importar óleo de soja que é uma matéria-prima fundamental para a fabricação do biocombustível, porém, a soja é o produto mais exportado pelo Brasil: 11,57% do valor total das exportações em 2020 (MITIDIERO JUNIOR; GOLDFARB, 2021).

No Brasil, o sistema de distribuição de crédito rural instituído pelo modelo de política agrícola nacional é realizado pelo Plano Safra, programa do governo federal que se torna outro ponto importante para a compreensão do processo sistemático de ampliação das desigualdades e do aumento da territorialização do capital no campo (MITIDIERO JUNIOR; GOLDFARB, 2021). Os créditos do Plano Safra são disponibilizados por entidades públicas e privadas, porém, são distribuídos (de forma não equânime), assim, cada grupo de produtores se enquadram em categorias específicas (pequenos, médios e grandes produtores). Dessa forma, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) atende os pequenos produtores familiares, já o Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp) contempla os médios e principalmente os grandes produtores.

Segundo Mitidiero Junior e Goldfarb (2021), os subsídios do Plano Safra, majoritariamente, são destinados para quem não produz alimentos voltados para atender as necessidades dos brasileiros ou as demandas do mercado interno, e, sim, *commodities* destinadas ao mercado externo. Nesse sentido, no “Plano Safra 2019/2020, enquanto o

Pronaf, que congrega o maior universo de produtores no campo brasileiro, recebeu 29 bilhões de reais, o Pronamp recebeu 27,9 bilhões e o Agro 134,8 bilhões” (MITIDIERO JUNIOR; GOLDFARB, 2021, p. 15). No entanto, mesmo com menos acesso a recursos, a agricultura familiar é responsável pela produção de 70% de toda a alimentação básica que chega à mesa dos brasileiros (OXFAM, 2016).

O agronegócio, veementemente, é anunciado pelos meios de comunicação de massa, como modelo de produção agropecuário importante para o combate da fome mundial. No entanto, essa manobra discursiva, não passa de um engodo social, pois, o modelo produz *commodities*, tais como a soja, o algodão, o trigo, o milho, a celulose e a cana-de-açúcar. Nesse sentido, cabe destacar que esses produtos em sua grande maioria, não são necessariamente destinados para alimentação humana, pois, se tornam matérias-primas de outros processos produtivos, como, por exemplo, na produção de ração animal, na fabricação de biocombustíveis e na confecção de fibras têxteis.

Além disso, a maior parte da produção de *commodities* é exportada. Segundo Aguiar (2021), em 2019, a maior parcela da soja produzida no Brasil (75%) teve como destino o mercado externo, sobretudo, na forma de grãos (61%), ou seja, em sua forma bruta. Nesse mesmo ano, a China (o principal parceiro comercial do Brasil) comprou cerca de 49% de toda a soja exportada pelo Brasil.

O agronegócio também é qualificado, tanto no debate político como na propaganda midiática, como um dos mais importantes setores geradores de emprego e renda do Brasil. Todavia, essa informação também precisa ser relativizada diante da metodologia que engloba todas as formas de produção ao agronegócio. Quando analisado de forma generalizante e dimensionado em toda a sua cadeia produtiva, o agronegócio realmente emprega um grande número de pessoas. Entretanto, se analisado setor por setor, devido à automação e avanços tecnológicos o desemprego em alguns ramos da agroindústria cresce exponencialmente. Desse modo, a Agência IBGE Notícias (2019, n.p.) destaca que trabalham “na Agricultura Familiar cerca de 10,1 milhões de pessoas, ou 67% da mão de obra dos estabelecimentos agropecuários”.

Segundo o site Agência IBGE Notícias (2019), o Censo Agropecuário de 2017 trouxe o dado de que o número de estabelecimentos agropecuários com tratores aumentou 49,9%, quando comparado ao Censo Agropecuário de 2006, fato que alterou o perfil do trabalho no campo e causou o desemprego de 1,5 milhão de trabalhadores. Sobre a mecanização agrícola Canuto cita outro exemplo: “[...] a soja gera somente um emprego para cada 167-200 hectares, devido ao seu alto grau de mecanização” (CANUTO, 2004, p. 4).

Além disso, é fundamental enfatizar que no Brasil, cerca de 90% do desmatamento está vinculado ao agronegócio, 80% dessa prática perversa é motivada pela abertura de novas pastagens e os 10% restantes para plantações de *commodities* agrícolas (AGUIAR, 2021).

Dessa forma, o agronegócio possui uma lógica contrária e incompatível com o desenvolvimento socioambiental. Embora seja amplamente apregoado que a sua prática visa elevar os números da produção agrícola e promover a sustentabilidade, na verdade, o seu objetivo principal é o mesmo de qualquer empresa capitalista, ou seja, visa apenas o lucro, que é obtido da extração da renda da terra, da exploração da força de trabalho e com o sacrifício da qualidade ambiental (SOUZA, 2019). A grande contradição aqui é a de que o avanço do modelo do agronegócio enquanto política de desenvolvimento vem paulatinamente sucumbindo todas as formas alternativas de produção agropecuária, e justamente os números e resultados obtidos pela agricultura familiar vem sendo utilizados para sustentar a premissa de sucesso e produtividade do agronegócio.

O AGRONEGÓCIO DO CAFÉ

A cafeicultura tem uma importância fundamental para o contexto socioeconômico brasileiro e, mais precisamente, de Minas Gerais. O Brasil é o maior produtor de café do mundo. Segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), o país foi responsável por 36,6% da produção mundial em 2019 (ALVES; LINDNER, 2020). Portanto, o café ocupa a quinta posição entre as *commodities* mais exportadas pelo setor do agronegócio nacional.

Segundo Mergulhão (2017), a modernização do circuito espacial de produção do café no Brasil perpassou por períodos distintos, além disso, envolveu diversas transformações de ordem técnica e política. Conforme a autora supracitada, na década de 1950 até o final da década de 1980, o Estado brasileiro foi o motor modernizador e regulador da atividade cafeeira. Iniciado a década de 1990, o Estado transfere diversas funcionalidades (como a regulamentação do mercado cafeeiro) para o setor empresarial. Nesse caminho, em anos mais recentes, conforme o circuito espacial de produção de café se transforma e se moderniza, paralelamente, aumenta o controle exercido por grandes grupos de capital internacional sobre o setor.

O alto consumo mundial e nacional (o Brasil é segundo maior consumidor de café no mundo) transformou o café em uma *commodity* altamente rentável para determinados grupos de produtores, empresas e cooperativas. Segundo Filetto (2000), a cadeia produtiva

do café, como já apontado, apesar de ainda manter certas práticas tradicionais e familiares em virtude da característica fundiária histórica do sul de Minas Gerais, é incorporada pela dinâmica agroindustrial, que, por sua vez, se materializa com a alta concentração do poder econômico e político. Dessa forma, a produção acaba centralizando uma múltipla variedade de práticas socioeconômicas, permeadas pelos interesses do capital nacional e estrangeiro, que pressupõe uma acumulação de capital científico e tecnológico. No Brasil, o domínio hegemônico do agronegócio do café solidificou-se no Conselho Deliberativo da Política Cafeeira (CDPC), que congrega as seguintes entidades patronais agroindustriais do café:

[...] Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e Conselho Nacional do Café (CNC), que representam a produção; Associação Brasileira da Indústria do Café (ABIC), que representa a indústria de torrefação e moagem, Associação Brasileira da Indústria de Café Solúvel (ABICS), que representa a indústria de solúvel e o Conselho dos Exportadores de Café Verde do Brasil (CECAFÉ) ((UNICAMP-IE-NEIT, 2002, p. 16).

O café, como qualquer outra *commodity* do agronegócio, é fruto de uma complexa e sistematizada rede produtiva, ou seja, a atividade cafeeira envolve um leque de relações socioeconômicas. Segundo o Núcleo de Economia Industrial e da Tecnologia- NEIT (2002), a cadeia do agronegócio do café pode ser assim representada: a) empresas fornecedoras de insumos, máquinas e equipamentos para a produção de café; b) empresas e cooperativas encarregadas pelo transporte, armazenamento e venda do café; c) empresas e cooperativas responsáveis pelo processamento (torrefação e moagem); d) empresas e cooperativas que comercializam (o café) em âmbito nacional (supermercados, pequeno varejo, cafeterias, bares e restaurantes) ou exportam o produto para o mercado internacional.

Todos esses segmentos são monopolizados por grandes empresas nacionais e internacionais que são representantes do agronegócio mundial, assim, a produção do café em solo brasileiro permite a territorialização do capital agroindustrial e de diversos agentes hegemônicos, que definem “os tipos de sementes e espécies de café a serem produzidas pelos cafeicultores, conferem assistência técnica e científica à produção e também interferem nas formas de colheita e transporte do café” (MERGULHÃO, 2017, p. 70). Desse modo, as decisões de produção, comercialização e de preço de mercado do produto brasileiro passam a ser mediadas por grandes corporações econômicas com matrizes situadas em outros países.

Como enfatiza Mergulhão (2017), o Brasil é o quarto maior consumidor de insumos químicos do mundo. Por conseguinte, grandes empresas multinacionais do setor de produção e venda de fertilizantes se destacam no fornecimento desses insumos para o país, como é o caso da holandesa *Bunge*, a norte-americana *Mosaic* e a norueguesa *Yara*.

A cafeicultura demanda também uma série de insumos mecânicos, relacionados ao plantio, manejo, colheita e pós-colheita, tais como: tratores e arados, pulverizadores, roçadeiras, máquinas de recebimento, separadores de grãos, máquinas de lavagem e separadoras de pedras, secadores etc. Essa cadeia de insumos mecânicos é dominada por três grandes corporações: *Deere & Company* (empresa estadunidense de tratores e implementos agrícolas), *CNH Global N.V.* (empresa holandesa de equipamentos agrícolas) e *AGCO* (multinacional estadunidense, especializada na produção e venda de tratores, colheitadeiras e pulverizadores) (MERGULHÃO, 2017).

A territorialização e controle das relações de produção na cultura do café pelo agronegócio prossegue nos demais segmentos do setor, ou seja, na rede de transporte, beneficiamento, armazenamento e venda. No setor de transporte e escoamento podemos destacar a *Cargill Agrícola* (multinacional de transporte de grãos) e a Cooxupé (Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé Ltda), esta última é a maior cooperativa de café do mundo. A Cooxupé, assim como outras cooperativas do setor do agronegócio de café, também se responsabiliza pelo armazenamento, processamento e venda da *commodity* para o mercado interno e internacional.

No Brasil, o setor de alimentos e bebidas relacionadas ao café tem se tornado um campo profícuo e atrativo para o capital estrangeiro, “tendo em vista o significativo consumo nacional (13,5 milhões de sacas ano)” (UNICAMP-IE-NEIT, 2002, p. 72). O mercado alimentício nacional, por sua vez, também passa a ser alvo de acirrada disputa pelas empresas estrangeiras, que buscam monopolizar o setor através da compra de empresas nacionais de renome, detentoras de amplo prestígio pelo mercado consumidor brasileiro, como os exemplos da *Jacobs Douwe Egberts* (JDE), Santa Clara e a *Melitta*.

A *Jacobs Douwe Egberts* (JDE) é uma corporação holandesa, com destaque no Brasil por ser uma das maiores produtoras de café torrado e moído e a segunda maior empresa de café do país. Suas marcas são fortes no cenário nacional e amplamente consumidas, dentre elas estão: Pilão, Damasco, L'OR, Café do Ponto, Caboclo, Café Pelé, Moka, Seletto e *Senseo*. O grupo Santa Clara é outro grande nome da produção e comercialização de café (torrado e moído) no Brasil, e recentemente a empresa concluiu uma nova parceria com a Café Três Corações (marca líder em Minas Gerais), que pertence ao grupo israelense *Strauss-Elite*. A Santa Clara, além de produzir café torrado e moído, também exporta café verde, em média cerca de três milhões de sacas por ano (MERGULHÃO, 2017). Já a *Melitta* é uma empresa especializada em produzir e comercializar acessórios e produtos para o consumo e preparo

de café, como cafeteiras, filtros, garrafas térmicas, bules, além de participar do processo de moagem e torra de café.

Segundo Mergulhão (2017), entre as regiões brasileiras de cultivo de café, destacam-se os estados de Minas Gerais e Espírito Santo, o primeiro na produção do café arábica e o segundo no cultivo do café conilon. No entanto, as duas categorias de cafés têm mercados diferenciados e distintas negociações de preço, pois, o café robusta (conilon) é a matéria-prima do café solúvel ou de *blends* (misturas), enquanto o café produzido em Minas Gerais (arábica) é utilizado na produção de cafés especiais ou *gourmets*. Além disso, o café arábica possui um maior aroma e é mais suave que o conilon (mais amargo). Assim, o café arábica, geralmente, possui um maior valor agregado.

Nos últimos anos ocorreu um processo de *gourmetização* da produção e consumo de café, tendência amplamente explorada pelo agronegócio. Assim, de acordo com Núcleo de Economia Industrial e da Tecnologia- NEIT: “o fenômeno das vendas de cafés especiais nas cafeterias refletiu no mercado de torrado e moído das grandes multinacionais” (UNICAMP-IE-NEIT, 2002, p. 32). Atrelado ao mercado *gourmetizado* de cafés especiais em ascensão, insere-se uma ampliação de novos produtos e segmentos de atuação no ramo de café, tanto na indústria de alimentos, como de cosméticos, dentre outros. Segmentos que demonstram o dinamismo do setor. Um exemplo desse novo segmento, conforme o Núcleo de Economia Industrial e da Tecnologia - NEIT (2002, p. 30):

[...] é o fenômeno da Starbucks Coffee Co. Em pouco mais de 10 anos de existência, a empresa possui mais de 5,6 mil pontos de venda, em diversos países, incluindo 4,3 mil pontos nos EUA. As vendas em 2001 foram de US\$ 2,65 bilhões, 22% maiores do que as de 2000.

Com o aumento do consumo *gourmet* de produtos derivados do café, ocorre uma concentração de um conjunto de empresas em torno do setor da produção cafeeira, ou seja, empresas especializadas que monopolizam a produção e a comercialização da *commodity* café, assim como o conjunto de tecnologias que se inserem nesse mercado. Em relação ao mercado de café solúvel no país, de acordo com o site da Cooxupé (2019), a produção do está concentrada em seis grandes grupos que sozinhos dominam 99,5% do setor, são eles: Nestlé, Café Iguazu, Cacique, Campinho, Real Café e Cocam. Segundo o Núcleo de Economia Industrial e da Tecnologia -NEIT: “a Nestlé lidera o consumo interno de solúvel com vendas de cerca de 6,6 mil toneladas, o que representa 66% do total” (UNICAMP-IE-NEIT, 2002, p. 32).

A qualidade dos grãos é fator primordial para a determinação dos preços internacionais e são esses preços que mantém as engrenagens do agronegócio do café trabalhando, ou seja, influenciando todo o planejamento produtivo do setor, sua expansão

ou retração. Nesse sentido, os melhores grãos são comercializados para fora do país, embora o Brasil seja o maior produtor mundial, resta ao brasileiro uma matéria-prima que gera uma bebida de qualidade inferior, conseqüentemente, “os lucros são drenados para os países dos acionistas” (ALVES; LINDNER, 2020, p. 444).

Dessa forma, toda a cadeia produtiva do café é, em grande parte, monopolizada pelo capital internacional, grupos hegemônicos que monopolizam a venda de insumos (máquinas, fertilizantes e sementes), interferindo na escolha do que plantar, como plantar, quando plantar e quando colher. E são também os grandes responsáveis pela determinação do valor da produção, envolvidos na sua compra, transporte, armazenamento, distribuição e venda.

TERRITORIALIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO NO SUL DE MINAS GERAIS

De acordo com o Censo Agropecuário do IBGE de 2017, em Minas Gerais encontra-se um total de 607.500 estabelecimentos agropecuários, sendo que dessa totalidade 443.475 (73%) são classificados como unidades de agricultura familiar (AGÊNCIA MINAS, 2020). E dos 116.618 produtores rurais que compõe a estrutura fundiária do Sul de Minas Gerais, 88.171 são familiares, ou seja, 75,6% do total (ALVES; LINDNER, 2020).

O estado é o maior produtor de café do país (33.460,2 milhões de sacas em 2020) e contém a maior área cultivada com café arábica (1,031 milhão de hectares), dado que representa 68% da área ocupada com essa espécie de café em âmbito nacional (CONAB, 2020). No total, Minas Gerais é responsável por mais da metade de toda produção cafeeira do país, e dos seus 853 municípios, 500 cultivam a *commodity* (MERGULHÃO, 2017).

A região sul do estado de Minas Gerais é a maior produtora de café do país. Segundo Alves; Lindner (2020), a região é responsável por 24% da produção nacional. Os autores supracitados apontam que o Sul de Minas Gerais é caracterizado como uma região com o predomínio de cidades médias e pequenas. As práticas socioeconômicas desses municípios são definidas pela ruralidade no território, caracterizada pela cultura do café e pela hegemonia do patronato agrário que tem forte influência nas questões políticas, sociais e econômicas da região. Outras características marcantes da região são:

[...] a presença de instituições que gravitam em torno da cadeia do agronegócio cafeeiro, como a Epamig (Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais), a Emater-MG (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais), a Fundação Procafé, a UFLA (Universidade Federal de Lavras) e, no estado de São Paulo, o IAC (Instituto Agrônomo de Campinas) e a APTA (Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios), apoiando fortemente o desenvolvimento, controle e aperfeiçoamento da cadeia cafeeira no estado. Contudo, cabe aqui citar duas instituições com ações prioritárias voltadas ao segmento cafeeiro, que são a Cooxupé (Cooperativa Regional de Cafeicultores em

Guaxupé Ltda.) e o IFSULDEMINAS (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais) (BREGAGNOLLI; RIBEIRO NETO, 2017, p. 16).

A Cooxupé exerce grande influência sobre os produtores locais e regionais, sendo que na região Sul do estado de Minas Gerais o número de cooperados da Cooxupé é de 325 cooperados/município (BREGAGNOLI; RIBEIRO NETO, 2017). Já os autores Alves; Lindner (2020), acrescentam que a Cooxupé e demais cooperativas sul-mineiras, tais como a Cooperativa Regional dos Cafeicultores Vale do Rio Verde Ltda (COCARIVE), a Cooperativa dos Cafeicultores da Zona de Três Pontas (COCATREL), a Cooperativa dos Cafeicultores da Zona de Varginha (Minasul), a Cooperativa Agrária de Machado Ltda (COOPAMA), têm um papel importante na orientação do padrão produtivo dos seus cooperados. Nesse sentido, a assistência técnica fornecida aos produtores está alinhada ao modelo de produção hegemônico (uso intensivo de insumos químicos, implementos e maquinários agrícolas), produzindo e reproduzindo capital e monopolizando o território. Segundo Mergulhão (2017, p. 63):

No Brasil, a Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé (Cooxupé), no sul de Minas, atinge a liderança nas exportações de café arábica com vendas externas superiores a 4,5 milhões de sacas de 60 kg. Em 2014, o volume de café embarcado pela Cooxupé foi de 3,9 milhões de sacas. A Cooxupé, localizada no município de Guaxupé/MG, é um agente transformador do território à medida que contribui para o desenvolvimento econômico e intensifica as relações entre o campo e a cidade no atual período técnico-científico informacional. Insere-se, portanto, na organização de redes técnico-informacional que leva a uma profusão de verticalidades no território.

Diante de um universo de 33.933 produtores do Sul de Minas Gerais cooperados (29,1% do total de produtores do estado), 23.016 agricultores são agricultores familiares, o que corresponde a 67,8% do total de cooperados. Assim, por mais que a atividade cafeeira no Sul do estado seja praticada em mais de 70% de propriedades classificadas como familiares, a cultura do café é controlada e atribuída ao agronegócio. Como exemplo desse monopólio podemos citar a Cooxupé, cooperativa que se apodera da maior parte da produção de café sul-mineira:

Dos produtores sul-mineiros que entregam sua produção de café à Cooxupé para a sua comercialização, 82,56% praticam tal procedimento com a totalidade de sua produção de café, enquanto que 15,68%, com a metade da produção e apenas 1,76%, com menos da metade de sua produção de café (GIUNTI; ARAÚJO; SILVA, 2017, p. 47).

Conforme a publicação “Café nas montanhas, caracterização da cafeicultura na área de atuação da Cooxupé”, organizado pelos autores Bregagnoli e Ribeiro Neto (2017), tanto a adubação como o controle de pragas são realizados através do emprego de insumos químicos. Assim, 99,85% das propriedades cooperadas recebem adubos químicos, porém, 48,69% utilizam da adubação orgânica em suas lavouras. Já o controle de plantas adventícias,

é realizado em 93,88% das propriedades com o emprego de herbicidas sintéticos (GIUNTI; ARAÚJO; SILVA, 2017).

Apesar das características geográficas do Sul de Minas Gerais (relevo acidentado), o que impediria o uso mais intenso de maquinários nas lavouras, as entidades responsáveis por prestar assistência técnica aos cooperados recomendam de forma enfática a mecanização das lavouras cafeeiras “para a consolidação e manutenção da sustentabilidade da atividade, principalmente pela escassez e desqualificação da mão de obra disponível, o que pode encarecer os custos de produção” (GIUNTI; ARAÚJO; SILVA, 2017, p. 49). Recomendação que esconde um histórico de exploração do trabalho, assentado em práticas rudimentares e precarizadas, ou seja, jornada de trabalho extenuante, muitas vezes realizada em condições precárias e sem descanso, com trabalhadores desprovidos de Equipamentos de Proteção Individual - EPIs, além da ausência dos direitos trabalhistas fundamentais (ALVES; LINDNER, 2020).

Na época da colheita nas lavouras de café (meses de maio a agosto), o Sul de Minas Gerais recebe milhares de trabalhadores provenientes de outras regiões do estado (Norte de Minas) ou de outros estados do país (Bahia), contingente que abastece as lavouras regionais. Assim, no Sul de Minas Gerais foram “registrados entre 2003 e 2018, 667 casos de trabalhadores resgatados em situações análogas à escravidão distribuídos em 33 municípios da região sul mineira, evidenciando a contradição do agronegócio entre capital e trabalho” (ALVES; LINDNER, 2020, p. 447).

Dessa forma, é importante destacar que 85% das lavouras dos cooperados sob influência da Cooxupé ou da Cooperativa de Cafeicultores e Agropecuaristas (Cocapec) apresentam índices de mecanização. Desse modo, em 74,35% das propriedades sul-mineiras as podas são mecânicas, e 34,38% dos cooperados utilizam de arado em suas propriedades, 73,91% possuem tratores e 83,20% têm pulverizadores, o que justifica o uso intenso de insumos químicos no controle de pragas (GIUNTI; ARAÚJO; SILVA, 2017).

Na acirrada concorrência mercadológica, muitos pequenos e médios produtores não disponibilizam dos recursos técnicos, de infraestrutura e econômicos para realizar suas atividades produtivas, não conseguindo espaço no mercado. Desse modo, as cooperativas surgem como uma estratégia de fortalecimento de grupos formados por pequenos produtores, os quais eram excluídos do mercado pela escassez de recursos, falta de instrução técnica e inexperiência com a prática administrativa e no gerenciamento de negócios. As cooperativas, através de suporte técnico e fornecimentos de insumos, possibilitam a troca de

informações e experiências entre seus membros, levando ao crescimento e qualidade da produção, assim como a cooperação mútua.

As mudanças nas práticas da agropecuária nos últimos anos, entretanto, deixaram o setor extremamente competitivo, dado o grau de emprego de tecnologia e recursos que o sistema produtivo moderno demanda para satisfazer um mercado que se torna cada vez mais exigente e competitivo. E sob a lógica produtiva do agronegócio que tem se tornado modelo prioritário para prática agrícola, o aumento da produtividade e sucesso no mercado são frutos do uso intensivo de insumos químicos e mecânicos, além do emprego sistemático de novas tecnologias da chamada agricultura 4.0⁵, além das noções de gerenciamento financeiro que o produtor deve ter. Processos que justificam o aumento crescente da mecanização e emprego de insumos químicos nas lavouras do Sul de Minas, pois, como enfatizam os autores Alves e Lindner (2020, p. 445):

As dezenas de cooperativas existentes na região servem para auxiliar, dar assistência técnica e extensão rural, agrotóxicos, armazenamento dos grãos, financiamento e crédito, ou seja, a monopolização do território. Entre as principais cooperativas na região destacam-se a Cooxupé, Cooperáio, Coopfam, Cocatrel e Unicoop. Por outro lado, os agricultores familiares tornam-se dependentes das relações comerciais e mercado das cooperativas, perdendo sua autonomia e ficando mais susceptíveis as oscilações do mercado mundial.

Apesar da modernização da prática da cafeicultura em diversas fazendas do Sul de Minas Gerais, paralelamente, coexistem significativos e agudos problemas sociais que são frutos da exclusão dos pequenos produtores com a territorialização da modernização agrícola na região. Ou seja, determinados grupos sociais não dispõem de recursos financeiros para adquirir insumos, implementos e maquinários agrícolas, conjunto que torna a produção cada vez mais cara. Nesse caminho, os pequenos produtores incapazes de adquirir esse pacote tecnológico para dinamizarem suas produções, por serem supervalorizados, não conseguem obter um produto de qualidade conforme às exigências dos mercados internacionais. Assim, o pequeno produtor é obrigado a vender sua produção por um preço que lhe proporciona uma pequena ou nenhuma lucratividade (SANTOS, 2015). Esse contexto, torna o mercado extremamente competitivo e desfavorável aos pequenos produtores.

Assim, a cafeicultura, por ser a principal atividade socioeconômica na região sul de Minas Gerais (ALVES; LINDNER, 2020), acaba por produzir e concentrar um grande

⁵ A agricultura 4.0 é um conjunto de tecnologias de ponta que assumiram um alto grau de sofisticação, muitas das quais são integradas e conectadas por modernos *softwares*, suas finalidades são: aumentar a produção de forma eficiente e com o uso de pouca mão de obra. Uso de robótica, drones, veículos autônomos, sistemas de monitoramento remoto e aplicativos voltados para análise de climas e cotações de mercados, são algumas das tecnologias modernas da agricultura 4.0 empregadas pelo agronegócio nas práticas agropecuárias. Saber mais em: <https://jornal.usp.br/atualidades/agricultura-4-0-traz-inovacao-ao-campo/>. Acesso em: 24 fev.2021.

volume de capital. Desse modo, o monopólio da produção passa a ser acirradamente disputado por empresas multinacionais e cooperativas:

Nas regiões mais produtoras, como Alfenas, Guaxupé e Passos, concentram-se armazéns de cafés, cooperativas, terminais de comercialização direta para o exterior com transporte para o porto de Santos, instituições de ensino e pesquisa que formam profissionais para atuar na cafeicultura. Entretanto, em todas as regiões geográficas imediatas há presença de filiais de cooperativas, armazéns e uma estrutura organizacional para a dinâmica da cafeicultura (ALVES; LINDNER, 2020, p. 443).

Essas cooperativas e empresas multinacionais simbolizam a mundialização do capital e a territorialização do agronegócio no Sul de Minas, pois a cafeicultura centralizou na região uma múltipla variedade de práticas socioeconômicas, de infraestrutura, de capital econômico, político e simbólico. E esses recursos passam a ser disputados por diferentes atores que competem pela monopolização do território, alterando a dinâmica socioeconômica da região e trazendo sérios impactos socioambientais. Dentre esses impactos estão: controle do mercado, exploração da mão de obra rural, concentração de terra e renda, perda da qualidade socioambiental, uso excessivo de agrotóxicos e o enfraquecimento de políticas agrícolas destinadas à agricultura familiar. Além disso,

[...]utilizando recursos naturais disponíveis, como a água nas proximidades do reservatório de Furnas, bem como de recursos financeiros do Estado, para instalações e manutenção das atividades no país. Por outro lado, os melhores grãos são comercializados para fora do país e os lucros são drenados para os países dos acionistas, explorando a mão de obra – trabalho, recursos e o território (ALVES; LINDNER, 2020, p. 444)

A monopolização do território e a pilhagem dos seus recursos naturais são desenvolvidas por empresas e cooperativas que coordenam a dinâmica territorial, ou seja, mesmo não sendo responsáveis pela produção agrícola gerada no campo, essas entidades hegemônicas controlam através de estratégias de subordinação⁶, os pequenos produtores do campo. Desse modo, apesar de a agricultura familiar ser responsável por mais da metade da produção de café no sul de Minas Gerais, a monopolização do território e da produção, desguardam os pequenos produtores que ficam vulneráveis a oscilação da *commodity* café e privados da sua produção. Nesse caminho, a produção de café em pequenas propriedades familiares “acaba sendo explorada por cooperativas e multinacionais que não tem a preocupação com o desenvolvimento social e econômico desses sujeitos” (ALVES; LINDNER, 2020, p. 447).

⁶ A hegemonia global dessas empresas configura-se como um processo dinâmico, proveniente do monopólio de mercado. Assim, quanto maior for uma empresa multinacional, sendo que seu poder é fruto da sua receita, lucro, ativos e valor de mercado, essa entidade, reúne um conjunto de fatores, que converte o seu poder econômico em influência política (OLIVEIRA, 2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atuação do Estado na modernização do campo brasileiro e as transformações socioeconômicas que se seguiram constituem elementos fundamentais para a compreensão da estruturação do modelo produtivo hegemônico no país, bem como as relações precarizadas de trabalho que daí emanam. Segundo Delgado (2012), este processo histórico pode ser dividido em três partes: de 1960-1980, marcado pelo financiamento agrícola promovido pelo Estado, que levou ao desenvolvimento de uma agricultura industrializada integrada ao setor urbano. De 1980-1990, redução de investimentos do Estado, redução de crédito agrícola e o país passa por uma crise econômica, com inflação e endividamento externo. Já a partir dos anos 90, ocorre uma reformulação das políticas agrícolas e a adesão do Estado ao conjunto de reformas e abertura econômica neoliberal.

Nesse contexto, a lógica produtiva incutida na concepção da Revolução Verde, como afirmam Silva; Botelho (2014), sujeita o modo de se produzir a preceitos classificatórios interpretados de forma conflitante, dessa forma, o modo de produção agropecuário moderno é aquele que supera as adversidades naturais, aumentando a sua produção com o uso de insumos químicos e mecânicos, com forte investimento tecnológico. Já aqueles que não adotam esse pacote acabam caracterizados pela concepção dominante como obsoletos, improdutivos e, até mesmo, entraves ao desenvolvimento nacional.

Na busca por legitimação, influência e a constante atualização da sua condição de hegemonia, o agronegócio, assim como seus associados, tem uma atuação que não se restringe ao campo econômico corporativo, mas articula-se de forma dialética aos mecanismos culturais de composição de capital político e às instâncias que compõem a sociedade política em sua institucionalidade. Para tanto, seus atores coletivos representam espaços fundamentais no sentido de produzir e atualizar o consenso, constituindo o modelo característico do agronegócio como algo naturalizado e socialmente validado. Como bem demonstrado por Gramsci (2000), a luta pela hegemonia pressupõe tanto a coerção como a construção de um universo intersubjetivo de crenças e valores. Isso demanda estratégias variadas e sofisticadas de produção de consenso, que precisam ser permanentemente atualizadas, dado que a hegemonia é um processo dinâmico.

A proposta em tela, por conseguinte, foi a de tentar discutir a maneira como as características contraditórias da exploração capitalista – aqui analisadas com base no modelo de produção agropecuário calcado no agronegócio – marcadamente estruturadas em formas variadas de expropriações sociais são funcionalizadas em determinadas condições sociais concretas, por meio do cooperativismo.

Como demonstrado, parte substancial da cadeia que se estabelece em torno do café configura-se como uma atividade que se insere nas determinações do mercado mundial, lastreada nos princípios e valores do modelo de produção capitalista do agronegócio. Trata-se de um processo produtivo que concentra recursos e atividades socioeconômicas, amplamente disputadas por grupos hegemônicos do capital nacional e estrangeiro. Mas, por outro lado, conserva, na região sul mineira, uma viabilidade que garante a sobrevivência das pequenas propriedades e da agricultura familiar, porém incorporando-as à sua lógica produtiva.

Por fim, ressaltamos que nessa conjuntura o cooperativismo patronal característico do agronegócio do café, principalmente na região sul mineira, engendra e compatibiliza as condições econômicas, políticas e culturais que viabilizam não só o dinamismo e o padrão de acumulação de capital, oriundos dessa atividade, mas também a articulação funcionalizante entre os setores avançados do capital e os setores tradicionais familiares, que constituem a cafeicultura do sul de Minas Gerais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS. **Censo Agro 2017**: população ocupada nos estabelecimentos agropecuários cai 8,8%. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/25789-censo-agro-2017-populacao-ocupada-nos-estabelecimentos-agropecuarios-cai-8-8>. Acesso em: 20 fev. 2021.

AGÊNCIA MINAS. **Dia do Produtor Rural Mineiro**: números mostram importância da agropecuária no estado. Belo Horizonte/MG, 2020. Disponível em: <http://www.agenciaminas.mg.gov.br/noticia/dia-do-produtor-rural-mineiro-numeros-mostram-importancia-da-agropecuaria-no-estado>. Acesso em: 14 jan. 2021.

AGUIAR, Diana. **Dossiê Crítico da Logística da Soja**: Em defesa de alternativas à cadeia monocultural. 1. ed. Rio de Janeiro, FASE, 2021. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/dossie-critico-da-logistica-da-soja-em-defesa-de-alternativas-cadeia-monocultural>. Acesso em: 17 jan. 2022.

ALVES, Flamarion Dutra. LINDNER, Michele. Agronegócio do café no Sul de Minas Gerais: territorialização, mundialização e contradições. **Revista OKARA**: Geografia em debate, João Pessoa, PB, v. 14, n. 2, p. 433-451, 2020.

ANDRADES, Thiago Oliveira de.; GANIMI, Rosângela Nasser. Revolução verde e a apropriação capitalista. **CES Revista** (CES/JF. Impreso), Juiz de Fora, v. 21, p. 43-56, 2007.

BASSI, Bruno Stankevicius. Latifúndio: Quem são os donos da terra no Brasil?. In: SANTOS, Maureen.; GLASS, Verena (org.). **Atlas do Agronegócio**: Fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos. 1. ed. Rio de Janeiro: Atlas Manufaktur, 2018. p. 10- 11.

BREGAGNOLI, Marcelo.; RIBEIRO NETO, Jorge. Florêncio. Cafeicultura e sustentabilidade na produção. *In: _____*. (org.). **Café nas Montanhas Caracterização da cafeicultura na área de atuação da Cooxupé**. 1. ed. Pouso Alegre: IFSULDEMINAS, 2017. Cap.1, p. 12-26. Disponível em: https://portal.ifsuldeminas.edu.br/images/PDFs/proex/publicacoes_livros/Caf-nas-Montanhas.compressed.pdf. Acesso em: 22 jan. 2021.

BRUNO, Regina. Movimento Sou Agro: Marketing, habitus e estratégias de poder do agronegócio. In: Encontro anual da ANPOCS, 36., 2012, Águas de Lindóia- SP. **Anais... Águas de Lindóia ANPOCS: 2012**. Disponível em: <http://observatory-elites.org/wp-content/uploads/2012/06/Regina-Bruno.pdf>. Acesso em: 19 set. 2019.

CANUTO, Antônio. Agronegócio – exclusão pela produtividade. **Revista NERA** Pres. Prudente, v.7, n. 5, p. 1- 12, Jul./dez. 2004.

CEPEA- Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada. **Export/cepea: volume e faturamento com exportações do agro em 2020 são recordes**. São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/releases/export-cepea-volume-e-faturamento-com-exportacoes-do-agro-em-2020-sao-recordes.aspx>. Acesso em: 15 fev. 2021.

CHEMNITZ, Christine. Manobras digitais – quando tratores funcionam online. In: SANTOS, Maureen.; GLASS, Verena (org.). **Atlas do Agronegócio: Fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos**. 1. ed. Rio de Janeiro: Atlas Manufaktur, 2018. p. 16- 17.

CONAB – **Companhia Nacional de Abastecimento**. Acompanhamento da safra brasileira de café, v. 6– Safra 2020, n. 3 - Terceiro levantamento. Brasília, 2020, p. 1-54, setembro 2020. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/info-agro/safras/cafe>. Acesso em: 17 fev. 2021.

COOXUPÉ. **Brasil é o maior produtor e exportador de café solúvel do mundo, segundo ABICS**. Guaxupé (MG), [2019?]. Disponível em: <https://www.cooxupe.com.br/noticias/brasil-e-o-maior-produtor-e-exportador-de-cafe-soluveldo-mundo-segundo-abics/>. Acesso em: 13 fev.2021.

DELGADO, Guilherme Costa. **Do “capital financeiro na agricultura” à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre: UFRGS, 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Agronegócio e reforma agrária. In: Encontro nacional de geografia agrária: tradição x tecnologia: as novas territorialidades do espaço agrário brasileiro, 17., 2004, Gramado-RS. **Anais...** Porto Alegre: UFRGS, 2004. p. 1-5.

FILETTO, Ferdinando. **Trajetória histórica do café na Região Sul de Minas Gerais**. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Lavras. Lavras, p. 133. 2000.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo: Teoria e História**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

FURTADO, Celso. **Pequena introdução sobre o desenvolvimento**. São Paulo: Nacional, 1989.

GIUNTI, Otavio Duarte.; ARAÚJO, Mário Ferraz de.; SILVA, Rodrigo Morreira Albano. Sistema de produção. In: BREGAGNOLI, Marcelo.; RIBEIRO NETO, Jorge. Florêncio. **Café nas Montanhas Caracterização da cafeicultura na área de atuação da Cooxupé**. 1. ed. Pouso Alegre: IFSULDEMINAS, 2017, Cap.3, p.31-70. Disponível em: https://portal.ifsuldeminas.edu.br/images/PDFs/proex/publicacoes_livros/Caf-nas-Montanhas.compressed.pdf. Acesso em: 22 jan. 2021.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere** – Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, v. 3.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

HERRE, Roman.; BARTZ, Dietmar.; STOCKMAR, Ellen. Commodities comida, ração ou energia? In: SANTOS, Maureen.; GLASS, Verena (org.). **Atlas do Agronegócio: Fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos**. 1. ed. Rio de Janeiro: Atlas Manufaktur, 2018. p. 28- 29.

IBGE. Instituto brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário de 2017: Retratando a realidade do Brasil agrário**. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/d37d30efd337a9b66852d60148695df1.pdf. Acesso em: 19 fev. 2020.

MENDONÇA, Sonia Regina de. O Patronato Rural Brasileiro na Atualidade: dois estudos de caso. **Anuario del Centro de Estudios Históricos Profesor Carlos S. A. Segreti**, Córdoba- Argentina. v. 8, n. 8, p. 139-159, 2008.

MERGULHÃO, Amanda Duarte. Os Fluxos, as Relações e os Agentes Envolvidos na Produção e Comercialização do Café Produzido Atualmente no Brasil. **Revista da Anpege**, v. 13, n. 22, p. 57-85, 2017.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antonio.; GOLDFARB, Yamila. **O agro não é tech, o agro não é pop e muito menos tudo**. São Paulo: ABRA, 2021. p. 40. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/18319-20211011.pdf>. Acesso em: 23 out. 2021.

MOLDENHAUER, Heike.; HIRTZ, Saskia. Sementes e agrotóxicos de sete para quatro – hegemонizando o mercado. In: SANTOS, Maureen.; GLASS, Verena (org.). **Atlas do Agronegócio: Fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos**. 1. ed. Rio de Janeiro: Atlas Manufaktur, 2018. p. 20- 21.

NÚCLEO DE ECONOMIA INDUSTRIAL E DA TECNOLOGIA - UNICAMP-IE-NEIT. **Estudo da competitividade de cadeias integradas no Brasil: impactos das zonas de livre comércio**. UNICAMP: Campinas- SP, 2002. Nota técnica. 102 p. Disponível em: <https://docplayer.com.br/15532983-Estudo-da-competitividade-de-cadeias-integradas-no-brasil-impactos-das-zonas-de-livre-comercio-cadeia-plasticos-nota-tecnica-final.html>. Acesso em: 17 jan. 2021.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A mundialização da agricultura brasileira**. São Paulo: Iände, 2016.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica a razão dualista - O Ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

OXFAM. **Terrenos da desigualdade: terra, agricultura e desigualdades no Brasil**. São Paulo, 2016. Disponível em: https://oxfam.org.br/wpcontent/uploads/2019/08/relatorioterrenos_desigualdade-brasil.pdf. Acesso em 10 dez. 2019.

PITTA, Fábio Teixeira.; CERDAS, Gerardo. **Impactos da expansão do agronegócio no matopiba: comunidades e meio ambiente**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Action Aid, 2017. v. 1. 82p.

POMPEIA, CAIO. Agro é tudo: simulações no aparato de legitimação do agronegócio. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 26, n. 56, p. 195-224, jan./abr. 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/340358918_Agro_e_tudo_simulacoes_no_aparato_de_legitimacao_do_agronegocio. Acesso em: 15 jan. 2021.

POMPEIA, Caio. **Formação política do agronegócio**. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2018. Em cotutela com Harvard University. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092020000300513&script=sci_arttext. Acesso em: 4 jan. 2021.

REHMER, Christian.; WENZ, Katrin. Fertilizantes: agrotóxicos para o solo. In: In: SANTOS, Maureen.; GLASS, Verena (org.). **Atlas do Agronegócio: Fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos**. Rio de Janeiro: Atlas Manufaktur, 2018. p. 18- 19.

SANTOS, Henrique Faria dos. Modernização seletiva da cafeicultura científica globalizada e expropriação socioeconômica no campo: a situação dos pequenos cafeicultores no município de Alfenas/MG. In: Encontro da Rede de Estudos Agrários. 5., 2015, Alfenas/MG. **Anais...** Alfenas/MG. p. 1- 20.

SILVA, Gustavo Bianchi.; BOTELHO, Maria Izabel. O processo histórico da modernização da agricultura no Brasil (1960-1979). **Campo-território: revista de geografia agrária**, v. 9, n. 17, p. 362-387, abr., 2014. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/23084>. Acesso em: 07 maio. 2020.

SILVA, Patrícia Santos. Tecnologia e meio ambiente: o processo de modernização da agricultura familiar. **Revista da Fapese**, v.3, n. 2, p. 87-100, jul./dez. 2007.

SOBRAL, Francisco José Montório. **A formação do Técnico em Agropecuária no Contexto da Agricultura Familiar do Oeste Catarinense**. 2005. Tese (Doutorado em Políticas de Educação e Sistemas Educativos), Universidade Estadual de Campinas. Campinas, p. 211. 2005.

SOUZA, Marcos Antonio de. A hegemonia ideológica do conceito de agronegócio como modelo de desenvolvimento prioritário para o espaço agrário brasileiro: notas para um debate. **Revista Geografia em Atos**. UNESP, Presidente Prudente. v. 03, p. 50-72, 2019. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/geografiaematos/article/view/5814>. Acesso em: 29 set. 2019.

TEIXEIRA, Jodenir. Modernização da agricultura no Brasil: impactos econômicos, sociais e ambientais. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, Três Lagoas, 2005. v. 2, n. 2, p. 1-22, set. 2005. Disponível em: <http://seer.ufms.br/index.php/RevAGB/article/view/1339/854>. Acesso em: 22 jan. 2021.

TOLEDO, Eli Fernando Tavano. Cafeicultura e desenvolvimento territorial: as cooperativas de café no sul de minas gerais. **Caderno de geografia**. Alfenas MG, 2019. v. 29, n. 2, p. 264-280, 2019. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/geografia/article/view/20848/15178>. Acesso em: 26 jan. 2021.

Submetido em outubro de 2022
Aceito em dezembro de 2022